

ATA N.º 3/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2015. -----

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência do sr. Vice – Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), ausência do sr. Presidente que se encontra numa reunião em Évora e integrará a reunião de câmara mais tarde, onde compareceram os senhores Vereadores: João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Administrativo e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Vice – Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 5 de fevereiro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de € 131.237,64. -----

Os pontos que constituem a **Ordem do Dia** da presente reunião são os seguintes: -----

Ponto 1 – Cáritas de Alpiarça – Agradecem a disponibilidade da Câmara e o local destinado para a Venda de Natal. -----

Ponto 2 – Requerente: Augusto dos Santos Sá – Pedido de Informação – Legalização de Pecuária, situada na Quinta da Gouxá - Alpiarça. -----

Ponto 3 – Requerente: Marisa Isabel da Silva Isabelinha Graça Costa – Licença especial de ruído para um evento a realizar na Rua Principal, n.º 25 em Frade de Baixo no dia 13/02/2015 com início às 20h e termo no dia 14/02/2015, às 02h. -----

Ponto 4 – Requerente: Marisa Isabel da Silva Isabelinha Graça Costa – Licença especial de ruído para um evento a realizar na Rua Principal, n.º 25 em Frade de Baixo dia 08/03/2015 com início às 20h e termo no dia 09/03/2015, às 02h. -----

Ponto 5 – Ratificação do Despacho do Sr. Presidente de alteração do Plano de Pormenor da Zona de “Os Águias” – Alpiarça. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Vice – Presidente da Câmara abriu este período entregando ao sr. Vereador Pedro

Gaspar documentação anteriormente solicitada relacionada com o processo do elevador do centro cívico. De seguida colocou à discussão a ata n.º 2/2015 referente à reunião de 23 de janeiro que após sugestões de alteração do sr. Vice - Presidente foi aprovada por maioria com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha, que fez a seguinte declaração de voto: " Eu abstive-me porque foi o sr. António Moreira que me substituiu nas últimas duas reuniões e não estive presente". -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar abordou a questão das "48 horas" e "dois dias", para entrega da documentação das reuniões de câmara, afirma que a documentação é entregue tarde, solicita que este assunto não seja ridicularizado e reafirma que não está a ser cumprida a lei nesta matéria. Respondido pelo Vice-Presidente Carlos Pereira, que tomou conhecimento e comunicará ao sr. Presidente, afirmando que a lei está a ser cumprida. O sr. Vereador Pedro Gaspar, insiste no parecer jurídico da Câmara para clarificar esta situação. Questiona sobre a ocupação do novo edifício junto municipal junto aos Paços do Município. Respondido pelo sr. Vereador João Pedro Arraiolos, que informou ter-se celebrado um contrato de comodato, com um grupo de jovens que pretende desenvolver um Centro Comunitário, em parceria com a ARPICA que está dependente da aprovação do projeto pela Segurança Social. Ainda há pouco tempo os técnicos da Segurança Social visitaram as instalações e ficaram de se pronunciar. Aguarda-se portanto uma resposta da entidade. O Vereador Pedro Gaspar agradece a explicação e lamenta a não utilização do edifício. Sugere que no parque de Estacionamento junto da Câmara Municipal, seja colocada sinalização vertical no estacionamento para deficientes. Respondido pelo Vice-Presidente Carlos Pereira, que considera a questão pertinente, que irá analisar e posteriormente transmitirá as conclusões. O sr. Vereador Pedro Gaspar referiu a falta de manutenção e limpeza na Albufeira dos Patudos. Respondido pelo Vice-Presidente Carlos Pereira que, não considera falta de limpeza, que existem apenas folhas de árvores caídas; e informa a existência uma equipa liderada pelo Encarregado Manuel Colhe que faz a manutenção duas vezes por semana. O Vereador Pedro Gaspar contrapõe que não se trata de uma questão de folhas de árvores e lamenta o facto de o sr. Vice-Presidente ter mencionado o Manuel Colhe, que foi candidato pelo PS, com intuito de lhe imputar culpas. A afirmação foi refutada pelo Vice-Presidente. Quanto ao parque de campismo, o sr. Vereador Pedro Gaspar gostaria de ser informado sobre qual o ponto de situação, nomeadamente referente à conta corrente e pagamento de rendas, refere ainda o estado de degradação do mesmo. Respondido pelo sr. Vereador João Pedro Arraiolos que não concorda com a afirmação sobre o estado de degradação, que é inverno e a utilização do espaço é menor, que o espaço esteve em

piores condições no passado e que a concessionária pretende abrir o restaurante brevemente. O sr. Vereador Pedro Gaspar diz que não é aceitável a argumentação de que “já esteve pior noutros tempos”. Relativamente ao “Calendário do Triatlo”, questiona porque é que não está prevista uma prova este ano para Alpiarça e quem recusou a prova, se a Federação ou o Município; questionou ainda se os pagamentos à federação estão regularizados. Referiu ainda que o executivo da câmara deixou “cair” o prémio “Miguel Jordan” e que não aceita que seis meses antes a qualidade da água fosse própria e que agora já o não seja. Respondido pelo sr. Vereador João Pedro Arraiolos que afirma terem sido ponderadas as questões da utilização da Barragem e devido aos problemas que surgiram e que ainda não foi possível resolver, optou-se pela realização de um “Duatlo”, com data a anunciar oportunamente, como forma de manter o enfoque na promoção e valorização do concelho e não em polémicas que nada valorizam o evento e o concelho. Em relação aos pagamentos referiu que o município de Alpiarça está a cumprir com aquilo que se comprometeu. --

----- De seguida o sr. Vereador Francisco Cunha – refere que “Alpiarça” não esteve representada num evento da Nersant que se realizou no auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça e pergunta porquê. Respondido pelo sr. Vice-Presidente Carlos Pereira, que afirma que a Câmara não foi convidada, apenas houve uma solicitação da Nersant de cedência do espaço. Referiu ainda que o município de Alpiarça mantém boas relações com a Nersant e está disponível para a realização de acordos e projetos em parceria. O sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs que apesar de não ter havido convite, o Município deveria ter-se juntado à iniciativa. Entregou uma carta dos alunos do 11º ano que reclamam uma verba de apoio do Carnaval do ano passado. Respondido pelo sr. Vice-Presidente Carlos Pereira, afirmando que vai verificar o que se passa, mas supõe que é o caso da não entrega do recibo por parte da Associação de Estudantes e, sem esse documento não poderá haver pagamento. Refere que a taxa dos resíduos sólidos é mais elevada que a dos outros municípios. Respondido pelo sr. Vice-Presidente Carlos Pereira, que afirma que desde 2009 que não houve aumentos na referida taxa, que os custos advêm de executivos anteriores e inclusive o sr. António Moreira votou a favor de todos os aumentos enquanto foi presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça. O Vereador Francisco Cunha salienta que neste momento o rendimento das famílias é menor e por esse motivo o executivo da câmara deveria ter apresentado propostas de redução das taxas de resíduos sólidos. Relativamente às constantes quebras no fornecimento de energia elétrica – solicita uma intervenção junto da EDP. Respondido pelo sr. Vice-Presidente Carlos Pereira, informando que dois dias antes, realizou-se uma reunião da EDP com o Senhor

Presidente e pensa que a questão foi abordada. Contudo vai reforçar a insistência junto da EDP para a resolução das anomalias. O sr. Vereador Francisco Cunha congratulou-se com o facto. Reforçou o pedido de esclarecimento sobre os legados que já solicitou há muitos meses. Respondendo à questão dos legados o sr. Vereador João Arraiolos afirmou que não desapareceu nem foi permutado qualquer bem dos legados desde que a CDU tomou posse, em 2009 e que este assunto já foi respondido anteriormente. Sobre a Cooperativa AgroAlpiarça o sr. Vereador Francisco Cunha alega que só lhe foi entregue “metade da documentação”, reforçando a ideia que a população de Alpiarça deve ser informada. Respondido pelo sr. Vereador João Arraiolos, que afirma que a Câmara arrendou os terrenos à Agroalpiarça, desde a sua criação em 1988, passando a gestão a ser feita pela Cooperativa. Referiu ainda que as mesmas pessoas que hoje questionam a gestão da Agroalpiarça, noutros tempos apoiaram quem fez a gestão que levou à situação em que a CDU encontrou a empresa. Quanto à lista de credores e devedores continua a aguardar parecer sobre as dúvidas levantadas relacionadas com a confidencialidade comercial das pessoas e empresas abrangidas. O sr. Vereador Francisco Cunha insiste no direito de transmissão da informação à população do Concelho. -----

----- O sr. Vice-presidente interrompeu a reunião para um pequeno intervalo após o qual o sr. Presidente da Câmara passou a presidir à reunião. -----

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 – Cáritas de Alpiarça – Agradecem a disponibilidade da Câmara e o local destinado para a Venda de Natal. -----

----- Foi dado conhecimento. -----

Ponto 2 – Requerente: Augusto dos Santos Sá – Pedido de Informação – Legalização de Pecuária, situada na Quinta da Gouxá - Alpiarça. -----

----- O sr. Presidente referiu que está a decorrer o processo de legalização desta pecuária e solicitou ao sr. Engenheiro Portugal para fazer a apresentação deste ponto. O sr. Engenheiro fez a contextualização: desde 1998 e apesar dos esforços, não tem sido possível a legalização porque a pecuária está numa localização que não tem enquadramento na REN. Houve um pedido de “reconhecimento de interesse público” no passado e solicita a confirmação da certidão anterior. O sr. Engenheiro sugere que a solução poderia passar pela certidão de interesse concelhio, ou em alternativa, na revisão do PDM, a referida área sair da REN, embora nesta situação, não haja garantia de nada. O sr. Presidente toma a palavra e salienta a necessidade da empresa passar a

sede social para Alpiarça; o impacto a sua integração no PDM tem aspetos negativos, a Câmara teria de fazer investimento, com retorno diminuto ou nulo. O sr. Vereador Pedro Gaspar questiona o executivo de qual a intenção de legalizar a exploração, a única saída é a de avançar para o “interesse público” e que isso remete para as questões de poluição. Refere que não tem documentação para análise técnica sobre essa problemática. O sr. Engenheiro responde que, terá sempre de ser apresentado um projeto onde tudo isso será acautelado. O sr. Vereador Francisco Cunha considera que não teve tempo de analisar o processo e questiona quais vão ser os ganhos para Alpiarça. Gostaria de ter podido analisar o assunto “in loco” para poder dar uma opinião, mas por falta de tempo não o pôde fazer, logo não tem condições para avaliar o problema, que considera muito complicado e de difícil decisão. Deixa à consideração do Executivo no sentido da melhor resolução para as duas partes. O sr. Presidente propõe a deliberação no sentido de se oficiar o requerente para precisar as questões relativas à empregabilidade e acima de tudo, à intenção ou não de passar a sede social da empresa para o Concelho. Pensa que, havendo impacto em Alpiarça, faz sentido levar a questão à Assembleia Municipal, para que esta se pronuncie. -----
O Senhor sr. Presidente da Câmara propôs que fosse solicitado esclarecimentos ao requerente sobre as suas intenções de mudança da sede social e de resolução dos problemas identificados. A proposta foi posta à votação e foi aprovado por unanimidade solicitar esclarecimentos ao requerente. -----

Ponto 3 – Requerente: Marisa Isabel da Silva Isabelinha Graça Costa – Licença especial de ruído para um evento a realizar na Rua Principal, n.º 25 em Frade de Baixo no dia 13/02/2015 com início às 20h e termo no dia 14/02/2015, às 02h. -----

----- O sr. Presidente da Câmara colocou o ponto 3 à votação que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Requerente: Marisa Isabel da Silva Isabelinha Graça Costa – Licença especial de ruído para um evento a realizar na Rua Principal, n.º 25 em Frade de Baixo dia 08/03/2015 com início às 20h e termo no dia 09/03/2015, às 02h. -----

----- O sr. Presidente da Câmara colocou o ponto 4 à votação que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 – Ratificação do Despacho do Sr. Presidente de alteração do Plano de Pormenor da Zona de “Os Águias” – Alpiarça. -----

----- O sr. Presidente afirma que a situação vem por causa da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, de 2008, que sofreu contestação, transitou em julgado e a Câmara terá de enquadrar a situação de desconformidade, procurando legalizar sem prejuízo dos

moradores, nem dos munícipes. Sugere a alteração do Plano de Pormenor por forma a enquadrar as referidas desconformidades. O sr. Vereador Pedro Gaspar refere o seu respeito pelos moradores do prédio. A questão foi denunciada enquanto a CDU estava na oposição e que quando foram eleitos, há cinco anos, deveriam ter tratado do assunto. O sr. Presidente responde que só em 2013 transitou em julgado, pelo que esse argumento não é válido. O sr. Vereador Francisco Cunha, tomou a palavra, dizendo que só tem conhecimento da situação pelo que sabe pelos jornais, ou pelo que os moradores lhe contam, pois a documentação entregue pelo Executivo é escassa. Afirma que é claramente contra a “demolição dos elevadores”. Condena “o PS por ter feito a obra ilegalmente” do elevador e do PT-posto de transformação de eletricidade. O sr. Vereador Pedro Gaspar afirma que, tendo havido decisão em 2013, já se deveria ter tomado uma posição para resolver o problema. Também se queixa da falta de documentação. O sr. Presidente refere que assim que houve decisão do Tribunal, remeteu o processo para a via da legalização. Disse que se está a rever o PDM e o Plano de Pormenor e o Tribunal foi informado que se está a resolver o problema por esta via; disse ainda “vamos resolver a questão pelo processo simplificado que é a revisão simplificada do Plano de Pormenor”. Pede ao sr. Engenheiro Portugal que explicita o processo. O sr. Engenheiro informa que as linhas gerais do Plano de Pormenor de “Os Águias” são mantidas e com a alteração pretende fundamentar tecnicamente e após a alteração, será remetido para a CCDR, definindo quais são as linhas estratégicas do Plano, mantendo o edifício, reajustando o Plano ao que está agora edificado, para a sustentação do pedido de licenciamento. Só no final a Assembleia Municipal se pode pronunciar. A CCDR faz o acompanhamento de todo o processo. Assim, o sr. Presidente propõe retificar o despacho do antigo sr. Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Luís Rosa do Céu, e começar o processo de revisão do Plano de Pormenor de “Os Águias” e, que o mesmo seja enviado às entidades com competência para pronúncia sobre esta matéria, culminando com a decisão da Assembleia Municipal. -----

----- O sr. Presidente da Câmara colocou o ponto 5 à votação que foi aprovado por unanimidade.

----- Terminada a ordem do dia o sr. Presidente da Câmara passou para o **Período do Público**. ----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Foi dada a palavra ao munícipe Eduardo Costa que questionou sobre a não divulgação dos resultados dum análises aos peixes mortos que considera de saúde pública. O sr. Presidente respondeu afirmando que o pedido está registado e será efetuada a divulgação dos resultados laboratoriais. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Câmara, eram dezoito horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

E eu, Ana Cristina Lima Ferreira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----